

**A contabilidade
aplicada ao setor
público e sua
contribuição para o
exercício do controle
externo pelos Tribunais
de Contas**

Rodrigo Lubiana Zanotti
Secretário Geral de Controle Externo
TCEES



TCEES TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1957 - 2017

Brasília, out/2017.

Sumário

- ✓ Competências constitucionais das Cortes de Contas
- ✓ A CASP e sua contribuição para o exercício do controle externo
- ✓ A crise e suas oportunidades: CRTV/TCEES e CidadES Controle Social - reflexos observados nas gestões municipais
- ✓ Desafios

Competências Constitucionais das Cortes de Contas

Art. 71, I e II – Apreciação das contas.

O poder regulamentar:

- ✓ Resolução 247/2012 e IN 39/2016 (PCM/PCASP)
- ✓ INs 28/2013 e 34/2015 (PCA)
- ✓ IN 36/2016 (PCP e PCE/Portaria STN 548/2015)

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público e sua contribuição para o exercício do controle externo

A contabilidade deve ter como foco o registro e a evidenciação do patrimônio público e suas alterações, bem como a produção de informações econômicas sobre a instituição subsidiando a tomada de decisões pelos gestores públicos (quer seja sob o prisma orçamentário, fiscal ou econômico, geração de indicadores financeiros, patrimoniais, de custos), além da transparência e do processo de *accountability*.

Experiência do TCEES com a implantação do PCASP em 2013 e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e controle concomitantes da gestão fiscal e orçamentária – dificultadores de ordem prática:

- ✓ CidadES Limites: a problemática das fontes de recursos e dos subelementos de despesas.
- ✓ Ordem cronológica de pagamentos e o artigo 42 da LRF.
- ✓ Controle da aplicação de recursos constitucionalmente vinculados e o impacto dos RPP e RPNP com disponibilidades em exercícios distintos.

O processo de convergência aos padrões internacionais confere confiabilidade às demonstrações que evidenciam o patrimônio público e suas variações, permitindo, dentre outras visões:

- ✓ Comparabilidade e controle social
- ✓ Avaliações confiáveis quanto ao nível de endividamento e liquidez para fins de obtenção de operações de crédito (Res. Senado 43/2001)
- ✓ Avaliação do nível de transparência das instituições
- ✓ Avaliações por agências de classificação de risco
- ✓ Atuação concomitante e adoção de ações preventivas pelos órgãos de controle externo.

A asseguaração das informações evidenciadas nos RCPGs por meio de auditorias financeiras se faz necessária com vistas a proporcionar uma avaliação correta dos resultados das entidades públicas, considerando o seu reflexo:

- ✓ Na apreciação das contas dos gestores públicos
- ✓ Na consolidação das contas nacionais
- ✓ Na geração de estatísticas fiscais confiáveis
- ✓ No controle da dívida pública
- ✓ Na transparência e no controle social

Auditoria governamental - convergência das normas nível 1:

- ✓ NAG 1000 Normas Gerais
- ✓ NAG 2000 Tribunais de Contas
- ✓ NAG 3000 Profissionais de Auditoria Governamental
- ✓ NAG 4000 Trabalhos de Auditoria Governamental

Auditoria governamental - convergência das normas nível 2:

- ✓ NBASP 100 Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público
- ✓ NBASP 200 Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira
- ✓ NBASP 300 Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional
- ✓ NBASP 400 Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade

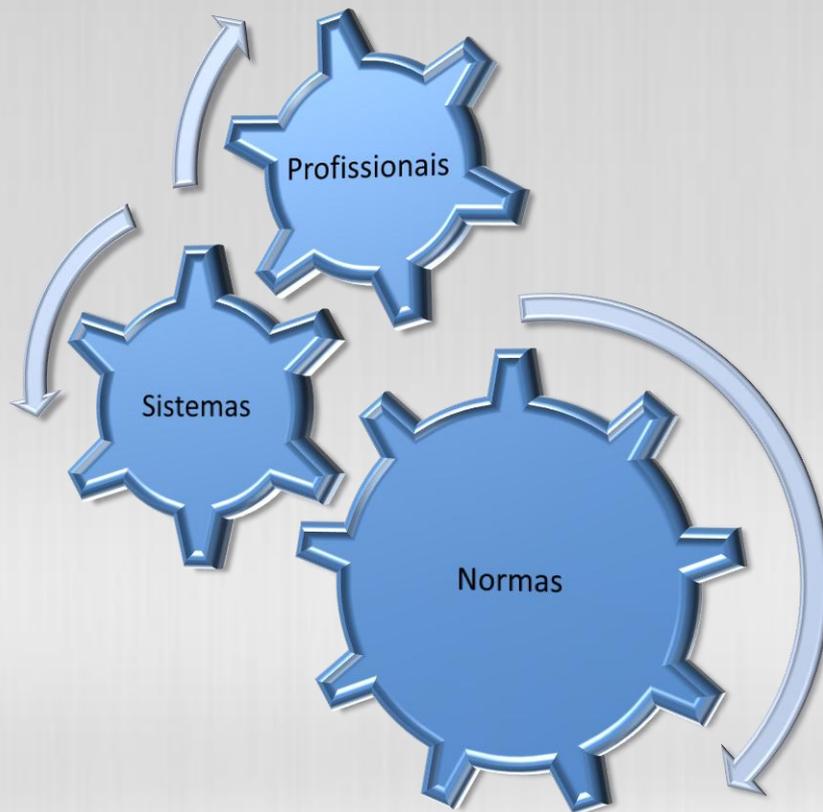
EFS – Entidades Fiscalizadoras Superiores

INTOSAI – Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores

ISSAI – Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores

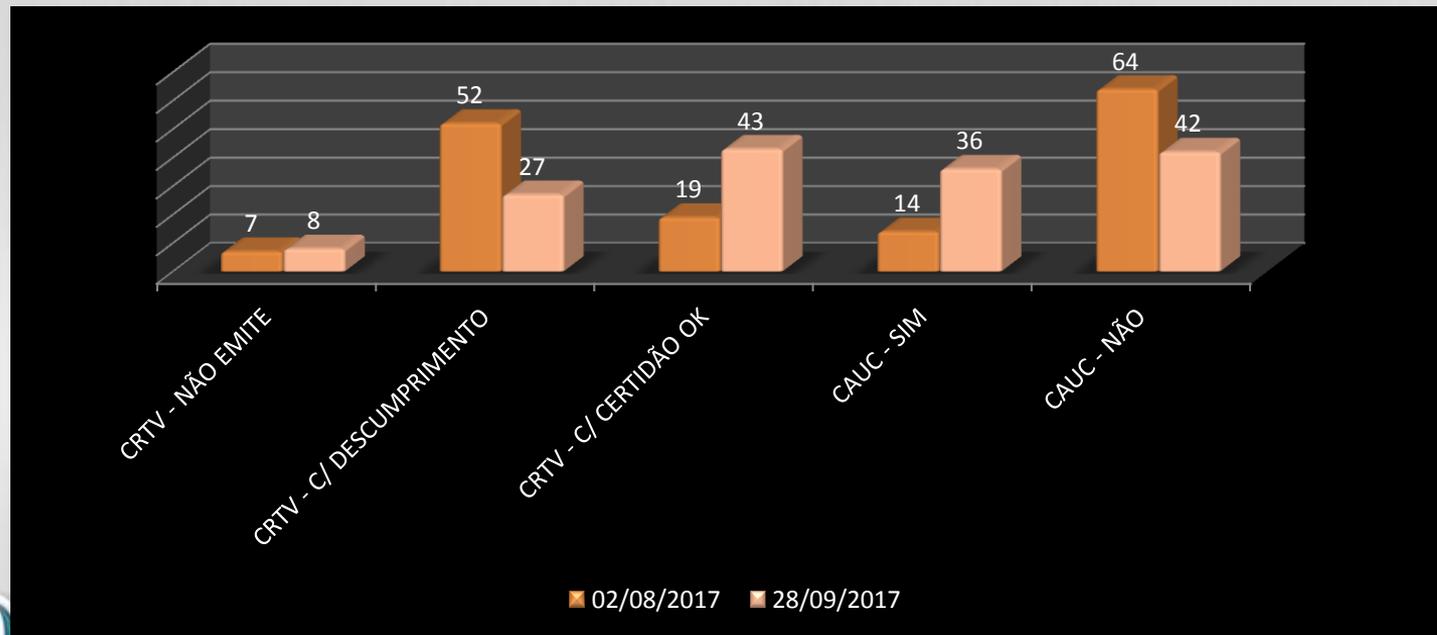


**Quanto isso custa?
Somente no ES
temos 700 Ugs!**



A crise e suas oportunidades: CRTV/TCEES e CidadES

Controle Social - reflexos observados nas gestões municipais



Investimento superior ao de Vitória

Presidente Kennedy investiu R\$ 2.767,46 mensais por estudante. Já a Capital gastou R\$ 621,67

De acordo com o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), 62 das 78 prefeituras do Estado registraram uma redução no investimento em Educação no período de 2015 para 2016. Porém, um dado chamou a atenção do órgão: Presidente Kennedy, município na região Sul do Estado, investiu R\$ 2.767,46 por estudante todos os meses.

O valor é 4,45 vezes superior ao que registrou Vitória, que investiu R\$ 621,67 mensais por es-

tudante no ano passado. O que pode ter impactado nessa redução foi a queda na arrecadação da Capital, o que diminuiu os gastos em Educação no município em 11,6%. Enquanto isso, Presidente Kennedy elevou os gastos na área em 68,9% entre 2015 e 2016.

O que ajudou o município do interior a ter mais recursos foi a arrecadação com os royalties do petróleo em 2016, quando a cidade embolsou R\$ 130 milhões somente com royalties.

Desafios

- ✓ Fortalecimento do controle com integração de sistemas informatizados e qualificação de pessoal.
- ✓ Uniformização de jurisprudências, em especial pelos órgãos de controle.
- ✓ Fortalecimento do marco regulatório contábil (convergência; lei de finanças) e fiscal (melhorar e fazer valer a lei fiscal; alinhar indicadores fiscais à contabilidade patrimonialista).
- ✓ Realizar controle concomitante e prospectivo.

CidadES Controle Social



Acesso ao CidadES: <http://cidades.tce.es.gov.br>

Rodrigo Lubiana Zanotti

Auditor e Secretário Geral de Controle Externo

E-mail: segex.gestores@tce.es.gov.br

